



ATA Nº 5/2017

Aos 25 dias de abril do ano 2017, pelas 11.00 horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal na sua sala de reuniões, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Comemoração do 25 de Abril

A Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por Susana Valente e Maria Alexandra Flor Pinho Silva Bastos.

O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão evocativa do Vinte e Cinco de Abril, dando a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento neste órgão municipal.

José Dinis (BE): *"Era uma vez um país onde entre o mar e a guerra vivia o mais infeliz dos povos à beira-terra. Assim começa um poema de Ary dos Santos dedicado ao 25 de abril, um dia muito especial, muito querido dos portugueses. Foi o dia em que Portugal e os portugueses reconquistaram a liberdade. O dia em que a Alegria, a Esperança e a Fraternidade tomaram conta das ruas. Voltamos a citar Ary dos Santos: E o grito que foi ouvido tantas vezes repetido dizia que o povo unido jamais seria vencido. Excelentíssimos Senhores: Presidente da Assembleia municipal, Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Senhoras e Senhores presentes: Saudamos com alegria o corajoso levantamento militar, conduzido pelos Capitães que, em 25 de abril de 1974, instaurou a Democracia e a Liberdade. O 25 de abril libertou os presos políticos, assegurou o regresso dos exilados, restabeleceu direitos fundamentais básicos como a liberdade de opinião e imprensa, a livre criação de associações e partidos políticos, a liberdade sindical, o direito à greve, a elaboração de uma nova Constituição da República Portuguesa, a organização de eleições livres. Acabou com uma prolongada e desastrosa guerra colonial que ceifou a vida a muitos jovens. Com o 25 de abril houve mudanças que alteraram completamente a vida individual e coletiva na sociedade. A mulher passou a ter direitos que lhe eram interditos, entre outros, ter uma profissão, ter o seu salário e o divórcio passou a ser possível. É evidente que, atualmente, ainda continua a existir discriminação salarial, laboral, social e violência doméstica. As conquistas estenderam-se gradualmente ao campo dos direitos económicos e sociais. Salário mínimo, contratação coletiva, subsídios de férias e de Natal, segurança social, saúde, educação, que sofreram, nos últimos anos, um retrocesso brutal...Vivemos, pois, tempos desafiantes que potenciam a perda da Democracia e da Liberdade devido aos modelos políticos que temos tido e que levaram à saída dos nossos jovens para outros países, que em nada contribuíram para a sua formação e que usufruem do grande investimento feito pelos portugueses. Estes problemas devem-se à doutrina de austeridade implantada pelas políticas neoconservadoras da Comissão Europeia, que fez recuar a evolução dos direitos dos europeus, aumentando drasticamente as desigualdades sociais e provocando um retrocesso civilizacional. 43 anos depois do 25 de abril, grandes desafios colocam Portugal e os portugueses de novo à prova. São necessárias políticas*

que combatam as desigualdades sociais que apostem na educação pública, na ciência e na cultura. O caminho da modernidade passa não por fechar a democracia, mas por abri-la às pessoas. O fácil acesso à informação é fundamental para aumentar a participação das populações nas tomadas de decisão. Os tempos modernos não se comparam com verdades alternativas e manipulações de dados. O povo quer a verdade, honestidade e transparência. Queremos uma Europa dos cidadãos. Uma Europa mais humana. Uma Europa Social, que aposte nas pessoas, que pratique a equidade fiscal, que combata a fraude e a evasão fiscal. Uma Europa que implante políticas, que lutem contra as desigualdades sociais. O mundo de hoje tornou-se perigoso. A escalada belicista instalou-se mais uma vez, deixando as populações inseguras e angustiadas. Em nome do combate aos terroristas, os estados têm vindo a retirar direitos, liberdades e garantias às populações. As perseguições étnicas e religiosas voltaram a crescer. Há países a proibir a liberdade religiosa... Tal como a Europa e o país, Espinho precisa de mudar. Mudar para melhor. O país mudou e o concelho precisa de mudar, porque, como escreveu Ary dos Santos, *ninguém mais cerra as portas que Abril abriu!*

Fausto Neves (CDU): “Em 25 de Abril de 1974, chegava finalmente ao seu término a pesada noite fascista de 48 anos. Imposto pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926 e corporizando uma ditadura terrorista dos monopólios, o regime fascista sedimentou-se rapidamente na opressão, no terror, na mais bárbara exploração dos trabalhadores, no fardo de ignorância, de atraso e de miséria que fez abater sobre o nosso povo. Partidos proibidos, sindicatos fechados, censura feroz, polícia política, todos os direitos negados, repressão violenta, prisões e torturas, assassinatos cobardes de muitos dos patriotas que ousavam dizer não. Exploração desenfreada dos trabalhadores. Guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné. Combate aos também então denominados “terroristas”. Carne jovem e fresca do nosso Povo, imolada no altar dos grandes monopólios da corja oligárquica que sustentava Salazar e ballets roses. Em condições brutais de repressão, de sacrifícios e provações de toda a ordem, o Partido Comunista Português, é bom lembrar, foi o único a não quebrar, recusando a dissolução decretada pela besta fascista e enveredando corajosamente pela clandestinidade, de onde soube regar generosa e persistentemente durante infindáveis 48 anos um cravo que finalmente floresceu. E bem regado foi: com a resistência a sevícias psicológicas e físicas, ao exílio, às prisões e ao Campo da Morte do Tarrafal; com o sangue de muitos e muitos mártires; daqueles que passaram o testemunho a outros que por eles viam a liberdade. E o cravo floriu, finalmente! Evoquemos nesta Assembleia Municipal, a “arraia-miúda” que, com farda militar pouco graduada despontou dos quartéis, ou estremunhada e de sorriso incrédulo, saiu de casa, enchendo as ruas e recusando-se a arredar pé. O movimento das forças armadas e o povo derrubaram o regime fascista de Salazar e de Caetano! O M.F.A. venceu as resistências militares, desmantelou a polícia política, a legião e a mocidade portuguesas, a censura; abriu as portas das masmorras políticas e promoveu o regresso de tantos exilados; deixou recordar à luz do dia os mártires da liberdade; acabou com a guerra colonial e possibilitou a autodeterminação



dos povos das nossas antigas colónias, hoje independentes. As massas populares, com lágrimas de júbilo, apoiaram, dinamizaram e ampliaram o gesto libertador dos soldados. No primeiro de Maio, o gigantesco 1º de Maio de 1974, extravasaram em palavras de ordem e em festa o orgulho do Trabalho como forma de libertação e método para a felicidade. Momentos exaltantes lhe seguiram: a participação de todos na discussão e no moldar de tudo o que construísse o nosso destino colectivo. O “brilhozinho nos olhos” que tínhamos, no orgulho da entrega a uma causa, a um ideal nada desinteressado nem utópico: construir uma sociedade mais justa e mais fraterna. A sociedade socialista, no dizer programático da esmagadora maioria dos partidos nesse tempo... Ou para nós, ou para os nossos filhos, ou para os nossos netos. Tudo dependeria da velocidade com que esse dia chegasse. E para a aumentar, não havia mãos a medir: reuniões, assembleias, discussões nos cafés, nos locais de trabalho, nas coletividades e nas associações, nos sindicatos e nos partidos políticos. Tudo era possível, tudo eram opções, não havia inevitabilidades à vontade coletiva de um povo acordado. As conquistas foram-se sucedendo: reforma agrária dos campos abandonados do Alentejo; nacionalizações das principais alavancas económicas do país; controle operário; direito à contratação coletiva, à greve, às férias pagas, à segurança social; acesso universal aos cuidados de saúde, à educação, à cultura; proteção à criança e à maternidade; o nosso extraordinário Serviço Nacional de Saúde; o poder local democrático; as eleições livres. Internacionalmente libertávamo-nos de subserviências e definíamos a nossa política externa, tendo como princípios a amizade entre os povos, a não ingerência e o respeito mútuo, a construção de um mundo de paz e de cooperação. Tudo isto albergado numa constituição que soube espelhar o sentido colectivo de um povo e despertar a admiração internacional na apontada rota para uma democracia avançada, através de quatro alicerces fundamentais: a democracia política, a económica, a social e a cultural. Dos quarenta e três anos volvidos após a revolução dos cravos constatamos que os quarenta últimos foram de alegadas crises permanentes do país, com esforços e mais esforços pedidos (a bem ou a mal) sempre aos mesmos e, pelos vistos, sempre em vão, pois os resultados tardaram sempre em aparecer ao fim de tanto tempo... A evolução política destes mais de quarenta anos ainda hoje tem muitos pontos opacos e secretos. Para lá de perversas alterações da História, reescrita por quem pode e quer manipular memórias e consciências, a pouco e pouco surgem corajosos estudos e livros que vão revelando a traição aos ideais de Abril que foi sendo feita por grande parte dos partidos políticos portugueses. Que se leia a obra “O 25 de Novembro a Norte”, de Jorge Sarabando, ou o recente livro “Quando Portugal ardeu” de Miguel Carvalho, onde tantos alegados super-homens da Democracia saem verdadeiros dejetos. Mas ao longo dos últimos quarenta anos, sucessivos governos “centrões”, alternando PS ou PSD, com ou sem ajuda do CDS, lá nos foram explicando, através de uma uníssona imprensa, entretanto privatizada ou governamentalizada, as sempre mutantes razões para o apertar de mais um buraco do cinto: era a recuperação do terrível gonçalvismo, eram as exigências do FMI, era para podermos entrar na CEE, era para estarmos na zona euro, era para perdermos tangas deixadas pelo anterior inquilino do poder que, de regresso, culpava o anterior acusador

de nos ter deixado num pântano, era para alcançarmos pelotões da frente e oásis europeus. Foram os famosos Programas de Estabilidade e Crescimento em sucessivas séries, tipo Rambo I, II, III, etc. que estipulavam o valor máximo do deficit (número adjetivado de “estúpido” por um dos seus responsáveis europeus) que não pode ser ultrapassado, custe o que custar. E se custava já então! Mas a entrada da troika em Portugal, quer pela verdadeira troika europeia, quer pelos seus sucedâneos nacionais, correspondeu aos mais negros tempos após o 25 de Abril. Em nome de uma criminosa dívida privada, nacional e internacional, pôs-se o Povo Português – à semelhança de outros – a pagar com língua de palmo as fugas para a frente casineiras da banca e da finança nacional e internacional, perante a já permanente e crescente crise do sistema capitalista, sistema esse que, pelos vistos, começa a estar muito longe do tal fim da História, do tal Eldorado apoteótico eterno da Terra, defendido por Fukuyama com coros celestiais da banca, da finança e do capital internacionais. Realmente, em plenas comemorações do Centenário da Revolução Soviética de Outubro, tudo parece dar razões a Karl Marx. É cada vez mais claro que a Revolução de Outubro de 1917, na longa marcha progressista do Homem na Terra, plena de avanços e de recuos, de lutas vitoriosas e de batalhas perdidas, mas com um saldo de progresso para a Humanidade, abriu uma nova era: a era da passagem do capitalismo ao socialismo. Senhor Presidente, Senhores Vogais, Excelentíssima Câmara Municipal, Espinhenses, Um dos mais belos frutos da Revolução de 25 de Abril foi o Poder Local Democrático. A Democracia chegou a muitos pontos do país através dos autarcas, da sua ação de proximidade, da discussão e resolução dos problemas do dia-a-dia, da rua, do caminho. As Assembleias e Juntas de Freguesia, as Assembleias Municipais e as Câmaras conseguiram mobilizar direta e indiretamente para a vida democrática milhares e milhares de portugueses, conseguiram aplicar fundos melhor que o Poder Central. Também aqui, com as troikas – a internacional e a caseirinha... – as freguesias foram inopinadamente atacadas e forçadas a aglutinarem-se. No caso espinhense tivemos a fusão de Guetim com Anta. A CDU continua a defender a restituição de Guetim aos seus fregueses, respeitando a sua História e os direitos adquiridos. Estranha que, proclamando-se todos os partidos a favor de Guetim, não tenham votado favoravelmente a proposta feita pelo PCP no Parlamento nesse sentido. A CDU tudo fará para contribuir para um poder local ao serviço das populações, capaz de assegurar o desenvolvimento e a qualidade de vida. Conquista de Abril, o Poder Local Democrático tem sido objeto, ao longo de décadas, da ofensiva da política de direita para reduzir a sua dimensão plural, representativa e participada que a Constituição da República consagra. Uma ofensiva que conheceu com o governo PSD/CDS uma nova e agravada dimensão qualitativa, visando a subversão do poder local. O ataque e a usurpação à autonomia das autarquias, o empobrecimento democrático imposto ao seu funcionamento e organização, a sonegação de condições financeiras, organizacionais e humanas ao exercício das suas atribuições e competências deixaram marcas e consequências que exigem inadiável correção. É esta a primeira e mais importante prioridade que uma política de valorização do poder local tem de assumir. A efetiva e necessária descentralização, baseada numa delimitação clara de



competências entre os vários níveis da administração é inseparável da recuperação da autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, da reposição das condições para assumirem as competências que já hoje detêm. A descentralização é inseparável da criação das regiões administrativas. A descentralização exige a reposição das freguesias liquidadas enquanto factor maior de proximidade e de participação democrática. A descentralização exige a comprovada demonstração de que ela corresponda a melhores condições para responder a direitos e interesses das populações, preserve o direito de acesso em condições e igualdade a funções sociais do Estado, contribua para a coesão territorial. O PCP prosseguirá a sua intervenção em defesa do Poder Local Democrático e da sua valorização. Afirmando a sua autonomia e as suas condições de exercício. Vendo no poder local e nos seus eleitos não uma ameaça à democracia, mas um fator para a sua ampliação. Rejeitando razões populistas e demagógicas de ataque gratuito e de suspeição generalizada sobre eleitos locais. Fundado no seu reconhecido percurso de trabalho, honestidade e competência, o PCP continuará a intervir com a seriedade de uma força que detém, e age para a ampliar, a elevada presença e responsabilidade no poder local. Acompanhando desde sempre a vida democrática local espinhense, sem condotieris de pacotilha que chegam, vêm e... desaparecem, sem mudanças de maquilhagem súbitas e estratégicas, o PCP e a CDU vão registando a história democrática do Concelho, o deve e haver da Cidade e das Freguesias, as suas conquistas e as suas perdas. Lembramos figuras de autarcas como António Gaio e Casal Ribeiro, as suas respectivas e exemplares formas de exercerem um cargo público, as suas inserções leais no trabalho coletivo com elementos de outros partidos, as suas competências e as formas como souberam influenciar coletivos autárquicos de outras cores político-partidárias. Sendo maioritariamente valorizado a preponderante ação do PCP na criação do, e no apoio pontual ao atual Governo do PS, impondo uma direção política bem diferente daquela tomada pelo PS de Sócrates, o PCP e a CDU apresentam-se aos espinhenses nas próximas eleições, com confiança de poderem exercer todos os cargos e as responsabilidades que os Espinhenses nos queiram atribuir. Exortando todos a celebrarem o 25 de Abril, dia da memória portuguesa que não se pode adulterar, dia do futuro de um País tão adiado como visionário, exemplo para o Mundo de alternativas possíveis e de inevitabilidades negadas com a prática, apenas nos resta saudar a Revolução de Abril e todos os que para ela contribuíram, e exortar todos os democratas a continuar a regar o Cravo de Abril para que ele cresça e floresça sempre e sempre. Até porque, como dizia Lopes-Graça, não podemos ter saudades do passado; devemos ter saudades do Futuro. O Cravo saberá resistir e avançar. Tem consigo os ventos da História! Viva a Constituição Portuguesa! Viva a Democracia! 25 de Abril sempre, Fascismo nunca mais!"

Henrique Cierco (PS): "Celebra-se hoje o 43º aniversário de uma efeméride que marca indelevelmente os nossos calendários, aliás, talvez seja o único feriado nacional ao qual a maioria das pessoas consegue atribuir, com alguma facilidade, o significado da data. Na verdade de todas as grandes datas significativas de grande importância para a nossa nação,

esta é a única cuja contemporaneidade ainda permite que as pessoas tenham alguma noção da mesma. Já poucos sabem o que se comemora no 5 de outubro e o próprio 10 de junho já conheceu melhores dias, isto para não falar nos feriados religiosos os quais se revestem apenas de importância na medida em que podem significar menos trabalho ou mais comércio conforme as circunstâncias. É óbvio que estou a generalizar quando me refiro as pessoas que perderam ou que não se importaram de esquecer a sua herança histórico-cultural, nomeadamente a faixa etária daqueles que já nasceram no Portugal livre e, colocando-me na visão de um jovem que tenha nascido depois de 1974, esta herança é demasiada extensa e apresenta decerto demasiadas nuances tendo em conta as significativas evoluções de paradigma em termos sociológicos a que assistimos ao longo das últimas décadas. Sendo assim merece todo o relevo comemorar uma efeméride que preconiza entre outras coisas, a liberdade de expressão e de pensamento e, não esquecendo Nelson Mandela, quando dizia que *não existe nenhum passeio fácil para a liberdade em lado nenhum e muitos de nós teremos de atravessar o vale da sombra da morte vezes sem conta até que consigamos atingir o cume da montanha dos nossos desejos*. E aqui chegado e agora na visão daquilo que realmente penso, diria que não foi para nenhum grupo específico corporativo ou político, nem para evitar que houvesse crises, desemprego ou imigração e desgraças que se fez o 25 de abril. Foi por razões simultaneamente mais nobres e simples: para que houvesse liberdade e para que a guerra colonial acabasse. Pelo menos foi assim que eu entendi na altura e sempre. Se antes do 25 de abril me dissessem que 43 anos depois viveríamos em democracia com liberdade de expressão, de reunião, de associação, de greve, de manifestações, com eleições de quatro em quatro anos, em que todos pudessem votar, eu não acreditava. A madrugada de abril que agradecemos a homens como Salgueiro Maia, Melo Antunes ou Otelo, entre muitos, muitos outros civis e militares que durante a ditadura pagaram alto preço pelo combate ao regime de Salazar e onde incluo espinhenses como Pinheiro de Moraes, António Russo, Carlos Xabregas, José Neves, Álvaro Quintas, Moreira da Costa, Flávio Bastos, Amadeu Moraes, Artur Bártolo, António Gaio, Teixeira Lopes, Casal Ribeiro, Fernando Meneses e muitos outros. O 25 de abril não foi feito para ter donos ou para que um caminho político triunfasse, nem para impedir adversários de chegar por via democrática e pacífica ao poder. Fez-se para dar voz a quem não tinha: o povo, e para que pudesse haver governos de todas as cores e tendências, para que nos respeitássemos nas diferenças e na adversidade. E aqui chegados, apraz-me dizer que o 25 de abril ou a Revolução dos cravos, ou a Revolução dos Capitães ou o Dia da Liberdade, conforme lhe queiram chamar, tal como uma criança muito desejada por pais extremosos que pensaram com ela alcançar um objetivo de vida superior, iluminar os seus dias para que o seu mundo não fosse tão sombrio e, pelo contrário, se tornasse mais belo, mais repleto de amor e de felicidade. Em suma nobre propósito lhe desse razões para se sentir harmonia consigo próprios. E como todas as crianças, a liberdade foi amplamente saudada, houve flores, hurras, beijos e abraços num momento de exaltação sempre bem regado por bom vinho a ponto de todos se encontrarem num ambiente saudável e agradável de embriaguez. Não era para menos, aquela criança trazia uma áurea que



a ninguém deixava indiferente, mas como todas as crianças teve de passar por todas os estádios de evolução preconizados por Freud e Piaget, o que redundou em inúmeras trapalhadas, enormes tombos e, como é natural, também vários momentos de agradável ternura e inevitáveis gargalhadas. Talvez por isso todos aqueles que ficaram encarregues de tomar conta da pobre criança não se coibiram da eventual palmada pedagógica, até que a tiveram de deixar na escola quando a idade para tal chegou. E aí, como acontece com todos, começaram as dúvidas parentais, os receios, os erros, na mesma medida em que a criança ia conhecendo os seus pares e brincando com eles, confraternizando, trocando impressões. As coisas estavam a se alterar, como sempre acontece, nem sempre dentro do controle que os seus pais desejariam, razão pela qual uma coisa se manteve forte e inabalável: o seu aniversário, mais propriamente a sua festa de aniversário quanto mais não fosse, nessa data, a jovem liberdade, tinha presente todos os familiares, que de algum modo foram responsáveis pela sua existência e faziam-na lembrar-se disso por forma a que esta não se distanciasse das suas origens. O problema, é por altura da ida para a universidade, a confusão de pessoas que dantes eram presença assídua nas suas comemorações e que, entretanto, por força do destino, foram desaparecendo, e com elas o verdadeiro significado das suas origens, deu lugar a uma outra quantidade de pessoas com as quais esta não conseguia ter a mesma afinidade, mas que lhe ofereciam tudo, desde roupas caras a automóveis, mimando-a com prazeres de vida, corrompendo-a a um nível que só não foi maior por força dos seus novos conhecimentos e em termos de convivência de rua e agora também de estudos superiores. A evolução desta criança foi em tudo semelhante a variadíssimos casos por este país, ou por esse mundo fora. Viveu, gozou, amou, traiu, deixou-se trair, enfim viveu na plenitude, pensando que quem a sonhou sempre a ampararia. E neste dia, uma vez mais, se comemora o seu aniversário mas de forma infinitamente menos efusiva. Aquela criança tem agora 43 anos de idade e está prestes a ter uma crise de meia-idade. Sabe perfeitamente que tem o seu emprego por um fio e os salários congelados, mas só pensa em comprar um descapotável para conduzir a beira-rio. Já poucos se lembram das festas de arromba que se fizeram em sua honra. Aquela criança é agora um adulto responsável e imputável como qualquer outro, até já lhe chegam a atirar culpas e a desejar que não tivesse nascido. Por isso mesmo, do meu ponto de vista, o 25 de abril não vai para novo e das duas uma, ou se dá uma volta tremenda à sua vida, rodeando-se da sua própria importância e fazendo-a prevalecer aos olhos dos seus detratores ou vai-se desvanecendo até entrar num estado de esquecimento, só reversível quando da sua morte. Afinal esta criança tem primos por todo o mundo, não é genuinamente portuguesa, e na nossa cultura, só se chamam os bombeiros quando a casa já ardeu, só se chama a policia quando o assalto já ocorreu e acima de tudo, só se dá valor às pessoas quando estas desaparecem. Assim vai a Liberdade. Os cravos já poucos ou usam, os Capitães já poucos cá estão, resta uma data que ainda é parcialmente reconhecível. Urge que a valorizemos e enalteçamos para que haja sempre Abril de forma consciente, presente e constante, não só a 25, mas durante os demais 364 dias do ano. Viva a Democracia, Viva Espinho, Viva Portugal."

Paulo Castro (PSD): “Hoje celebramos mais um aniversário de uma data histórica em Portugal. Há 43 anos iniciávamos uma nova caminhada sustentada nos critérios da Democracia, libertando Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo. Eu, tinha apenas 2 anos e, por conseguinte, sou um dos herdeiros, um entre muitos que simplesmente colheu os louros de uma dura batalha - a luta pela liberdade! Certamente que aqueles que experienciaram os dois regimes conseguem, melhor do que ninguém, sentir o verdadeiro valor desta conquista! Há quem inclusivamente pense que as novas gerações, felizmente nascidas em liberdade, não atribuem qualquer relevância a uma efeméride que parece pertencer apenas aos “mais velhos”; e há até quem defenda que hoje já não faz qualquer sentido festejar a Revolução dos Cravos e a conquista da democracia e da liberdade. Penso que nós, que estamos aqui, não concordamos! As conquistas de Abril não se restringem ao dia 25 de 1974. Estas foram acontecendo ao longo dos anos e eu acredito que deverão continuar a acontecer. Na verdade, quando diariamente lutamos por uma melhoria substancial da qualidade de vida global dos cidadãos e pelos ideais ou princípios inscritos na Constituição, procuramos assegurar o primado do Estado de Direito democrático e construir um país mais livre, mais justo e mais fraterno. Seria tão bom que todos assim o sentíssemos! Portugal sempre viveu, ainda que intermitentemente, momentos difíceis exigindo dos nossos antecessores e de todos nós, esforços redobrados e alguns sacrifícios. É nos momentos de crise económica, financeira e social que os portugueses devem mostrar a sua coesão e natureza solidária, porque a solidariedade é um conceito que se inscreve na moldura da democracia. Com simples iniciativas poderemos dignificar o 25 de abril, sendo este, por exemplo, um momento de reflexão disso mesmo. Numa perspetiva mais restrita e, focando-nos na nossa cidade, o poder local sobressai com a grande conquista de abril. É este que resulta do povo, se faz pelo povo e é do povo! Traduz as suas necessidades, as suas motivações e os seus anseios, porque escuta não só as suas críticas mas também (e felizmente) as suas propostas. É o nosso poder local que apoia instituições, organismos sociais, culturais, desportivos e recreativos, fazendo, por isso, mais sentido, que lhe seja garantida maior autonomia, dotando-o de mais meios humanos e financeiros. Os governos devem olhar para as Autarquias e seus atuantes como o motor de toda uma engrenagem e não como uma geringonça (uma palavra tão popular nos meandros políticos nacionais!!!), pois cabe ao poder local garantir mais e melhor vida às populações. Espinho norteia-se claramente pelos valores do 25 de abril! Não obstante as limitações que lhe são impostas, tem demonstrado que com trabalho de equipa é possível, com competência e fiabilidade, prestar um serviço de qualidade aos seus munícipes. Espinho tem procurado o caminho da vitalidade, lutando contra o êxodo empresarial! Como prova disso, tem-se assistido a um aumento de apostas no comércio local, com conseqüente aumento de transações imobiliárias que demonstram uma clara recuperação da economia local. Espinho tem-se destacado também pela aposta firme no turismo. Somos uma cidade à beira mar plantada com um potencial de oportunidades inegável. Este não deverá nunca ser descurado, mas sim a nossa força motriz. Por tudo o que aqui foi lembrado, apelo à consciência democrática de cada um, para que, em ano de eleições, juntos, uma vez mais, lutemos pela



continuação deste projeto. O 25 de Abril deverá continuar a ser comemorado ano após ano porque legitima a esperança dos portugueses na melhoria da qualidade de vida de uma forma geral. Para que este continue a fazer sentido devemos adaptá-lo aos novos ventos de mudança, aprofundar o regime no sentido de o fazer refletir adequadamente ao sentimento do povo. VIVA O 25 DE ABRIL, VIVA A LIBERDADE, VIVA A CIDADANIA, VIVA ESPINHO, VIVA PORTUGAL!!!”

Presidente da Assembleia Municipal: “A comemoração do 25 de abril reveste-se de enorme importância porque nela se celebram os objetivos fundacionais do nosso regime constitucional. Democracia e Liberdade. A possibilidade de todos os dias podermos lutar em liberdade pela democracia que queremos é o legado mais importante que o 25 de abril nos poderia ter dado. O 25 de abril restituiu a cada um de nós a liberdade, incluindo a liberdade de escolher o que fazer dela. Essa luta em liberdade plena, está de tal maneira enraizada que é hoje muito difícil para os cidadãos que nasceram em liberdade, mensurar o sacrifício e a renúncia que implicou a luta pela liberdade e pela democracia durante os 48 anos de ditadura. Os Capitães de Abril merecem por isso o nosso respeito, porque derrubaram um regime autoritário e opressivo que manteve o país na miséria moral e material. Mas esse sacrifício e luta que se fizeram em nome da democracia, fizeram-se em nome de uma democracia plena, não de uma democracia que signifique o mero direito “mecânico” ao voto. Porque uma democracia que se cinja ao mero direito a votar não passa de um exercício de demagogia. Aqui está aliás a verdadeira ameaça dos regimes democráticos, o não exercício pleno da democracia redundará na procura de respostas simplistas e populistas. e se em Portugal não temos experimentado este fenómeno tão intensamente, a verdade é que a Europa e o mundo vivem tempos conturbados e de profunda incerteza. Tempos conturbados sob ponto de vista da segurança, coesão e integração. A verdade é que os nossos regimes democráticos, nomeadamente na união europeia, não têm sabido encontrar respostas para lidar com os problemas de hoje. Problemas como a imigração e nomeadamente os refugiados, a crise das dívidas soberanas, ou até a forma de lidar com o fenómeno do terrorismo fazem crescer sentimentos que vão no sentido contrário aquele que deveriam ir. ao invés de reforçarmos a coesão e a solidariedade, aumenta o divisionismo e procura de respostas individuais. não é por acaso que depois de sessenta anos de agregação e integração europeia, surgem hoje em vários países aspirações separatistas. Nos últimos anos tem-se verificado uma crescente tendência em várias regiões europeias de aumentar a sua autonomia ou até alcançar a independência. já para não falarmos nos países membros que têm colocado em causa a sua permanência no projeto europeu. Tudo isto é um enorme contrassenso. Se vivemos hoje num mundo global cada estado membro por si só, é neste momento, incapaz de se afirmar com a mesma força neste mundo global! Sessenta anos depois talvez fosse conveniente recordar os valores inspiradores que nortearam os fundadores do projeto europeu. Já em 1950 a declaração Schuman proclamava: “A paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos à medida dos perigos que a ameaçam. O contributo que uma Europa viva e organizada pode dar à civilização é indispensável para a manutenção de

relações pacíficas". "A Europa não se fará de uma só vez, nem numa construção de conjunto: far-se-á por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto", (fim de citação). A Europa é por conseguinte, e desde o momento inicial, um projeto de paz e de solidariedade. Mas não nos podemos esquecer que é também um projeto democrático porque feito por democracias. Esta é aliás uma ideia que devia estar sempre e cada vez mais, presente nas lideranças europeias. A união europeia é um projeto iminentemente democrático. E não há democracias sem participação popular. Portanto este deveria ser um projeto construído na participação. Uma participação formada e informada, capaz de com clareza definir o seu futuro. Mas para isso é preciso a afirmação de uma Europa construída também na solidariedade, na coesão e na integração. Valores compreendidos e aceites pela generalidade dos cidadãos. E é de valores compreendidos e compreensíveis que as democracias modernas estão necessitadas. Estes são os referenciais que a Europa precisa de acarinhar e estimular para ultrapassar com firmeza os tempos de incerteza que hoje atravessa. As atuais lideranças políticas precisam de saber reinventar-se de forma construtiva e sensata, confiantes das vantagens deste projeto, sem receio da vontade popular. Lideranças que vejam no voto, mais uma forma de participação popular, na construção de um projeto político que é de todos, falado a uma só voz mas no qual todos possam ter voz. Só assim este será um projeto com a coerência necessária sob ponto de vista histórico, político, económico. Minhas senhoras e meus senhores, o 25 de abril e o regime democrático instaurado, estão intimamente ligados à nossa integração europeia. Porque foi na Europa que procuramos reinventar o nosso projeto e a nossa visão para o país. A adesão de Portugal à então comunidade económica europeia é uma das consequências do 25 de abril de 1974 e das subsequentes alterações que a revolução provocou nos aspetos económicos, político e social. O 25 de abril vem pôr fim a uma política económica em desagregação, com enorme dependência externa, e a um poder político contestado por uma população com más condições de vida e fraco poder de compra. Esta adesão foi revestida de enorme expectativa, porque se tratava não só de um projeto económico para onde Portugal poderia canalizar os seus esforços de desenvolvimento, mas sobretudo porque se tratava de um projeto de integração e de solidariedade, fundados em valores de participação democrática. Em Portugal e na Europa ou no mundo, a democracia só floresce se se fundar antes de mais numa participação cidadã formada e ativa. Foi a isso que aspiraram todos aqueles que lutaram pela nossa democracia. Convém então lembrar hoje, como no dia inicial, que uma democracia com crença no futuro só se constrói com a participação de todos. Hoje já não precisamos felizmente de uma revolução, mas precisamos de reconstruir as nossas democracias, fundadas naqueles que foram os valores universais do 25 de abril. Viva o 25 de abril. Viva Portugal".

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta Sessão Extraordinária.

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

A Funcionária Municipal,
